

A decepção e a esperança

HÁ POCOS dias, o IBGE divulgou estudo mostrando que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro expandiu-se a uma taxa anual de apenas 2,04% nos anos 80, quando na década de 70 o crescimento médio anual fora de 8,6%. O mais grave: em termos de produto por habitante, houve queda anual de 0,16% nos anos 80 (na década de 70, tinha-se registrado expansão de 6,1% ao ano). Assim, a diferença entre o Brasil e as economias mais desenvolvidas se acentuou, já que há oito anos consecutivos os países ricos vêm crescendo a taxas anuais acima de 2%; e sem aumento populacional, praticamente.

NA MESMA ocasião em que liberou o estudo sobre os anos 80, o IBGE divulgou a previsão da safra agrícola deste ano, estimando que a produção nacional de grãos chegará a 71,9 milhões de toneladas (em 88, a colheita somou 65,9 milhões). Dados do BNDES e da Cacex também revelam que em julho e agosto houve um enorme aumento, tanto nos pedidos de financiamento para compra de máquinas e equipamentos, quanto das importações desses bens de capital.

AO QUE tudo indica, pois, o setor privado está acreditan-

do na recuperação da economia brasileira, ainda que os fatores negativos não tenham sido removidos do horizonte. Esta recuperação deve ter como um dos seus pontos de apoio o comércio exterior. As exportações brasileiras estão próximas de atingir a casa dos US\$ 40 bilhões, com um crescimento da ordem de 30% nos últimos três anos. Essas vendas tendem a funcionar como uma alavancada para o mercado interno e as empresas sómente terão condições de atender à demanda se começarem a investir o mais breve possível (e muitas já o estão fazendo).

DESSA FORMA, mesmo com as apreensões face aos índices inflacionários, subsiste entre os empresários a esperança de não ver repetidos, no próximo Governo, os erros cometidos durante os anos 80.

ENQUANTO outros países enveredaram pelo caminho da privatização e da redução da presença do Estado na economia, o Brasil ficou marcando passo e insistindo nas velhas teses da intervenção estatal. Com isso, o déficit público tornou-se crônico, resultando numa dívida assustadora (de vez que ela nada mais é do que a soma dos vários déficits). As intervenções

do Estado nos preços relativos acabaram gerando desequilíbrios ainda maiores, a ponto de o País se ver hoje diante do risco de hiperinflação.

MAS OS empresários têm razão de começarem a investir, pois as condições de hoje favorecem soluções bem mais do que há cinco anos. Na dívida externa, por exemplo, o Brasil, na pior das hipóteses, poderá reivindicar o mesmo tratamento dispensado pelos credores ao México, que, objetivamente, vai conseguir reduzir a remessa líquida de recursos para o exterior. Quanto à privatização, há um programa em curso, montado de modo a ter continuidade no próximo Governo. Com relação às contas do Governo federal, já há um orçamento unificado, por força de lei. E o projeto orçamentário para 1990, a ser encaminhado ao Congresso com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não poderá fugir à austeridade.

HÁ PELA frente muitos problemas de difícil superação. Provavelmente, contudo, num balanço dos anos 90, o IBGE não terá mais a desagradável tarefa de divulgar números tão decepcionantes como os relativos aos anos 80.